

Municípios em Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública

Os recursos disponíveis para prevenção e resposta a emergências e desastres não são diretamente repassados para os municípios. Do total de recursos efetivamente repassados com esta finalidade no período de 2003 a 2008, apenas 4,9% foram diretamente para municípios. Além do mais, dos 16 municípios diretamente beneficiados no período, 10 não tiveram portarias de reconhecimento decretadas pela Secretaria de Nacional de Defesa Civil.

Introdução

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou um estudo sobre municípios do Brasil em Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública, com o objetivo de apresentar um panorama dos principais eventos (problemas) que ocorrem no Brasil e analisar as ações dos governos frente estes problemas.

As informações deste estudo foram retiradas, em janeiro de 2009, da Secretaria Nacional de Defesa Civil, órgão responsável por analisar a situação dos municípios em reconhecimento em casos de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública. Este órgão também estabelece sistemática, critérios e procedimentos para a decretação das duas possibilidades legais. Quanto aos repasses financeiros relacionados ao combate e prevenção a emergências e desastres, os dados foram retirados do SIAFI/STN.

Analisando as portarias emitidas desde 2003 até 2008, vemos que em média são reconhecidas cerca de 1.500 situações de emergência ou calamidade. O total de desastres reconhecidos neste período foi de 8.894. Os Estados que mais tiveram desastres no período foram o Rio Grande do Sul (1.197), Paraíba (1.171), Minas Gerais (1.126) e Ceará (1.018). As regiões Nordeste e Sul lideram o número de portarias de reconhecimento.

Um fato que chama a atenção é que vários municípios sofreram problemas recorrentemente ao longo deste período analisado. Na seleção dos 30 municípios com mais eventos, identificamos que todos são da região nordeste, sendo que dos 30, 14 são do estado do Ceará. Considerando apenas municípios com no mínimo 4 portarias, o ranking dos mais problemáticos é liderado pelo Ceará seguido da Paraíba e Santa Catarina.

A CNM levantou todos os recursos repassados pela União dentro da sub-função Defesa Civil, constatando que em valores de 2008, o total de recursos pagos em 2007 gira em torno de R\$ 400 milhões. Deste total, os recursos que são diretamente direcionados para os municípios representam uma parcela mínima. Em 2003, a proporção dos municípios foi de 7,2%, sendo que apenas em 2004 esse percentual foi superior do que 10% (21,1%). Em ambos os anos de 2006 e 2007 essa parcela ficou abaixo de 3%.

Uma constatação curiosa é que ao analisar o destino dos recursos, vemos que boa parte dos municípios que receberam repasses diretos não tiveram nenhuma portaria de reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, decretada pela Secretaria Nacional de Defesa Civil em todo o período de 2003 a 2008. Dos 16 municípios diretamente beneficiados, 10 não tiveram nenhuma portaria de reconhecimento.

A CNM também procurou avaliar se a seleção das obras do PAC levaram em consideração as ocorrências de desastres. Em geral, o resultado foi de que não houve direcionamento de obras para municípios com mais problemas. Ao compararmos o percentual de municípios com obras no universo total de cada região, com o percentual de municípios com obras apenas dentro do grupo com problemas de emergência ou calamidade, vimos que os percentuais são muito próximos, na verdade, em muitos casos, é até menor quando considerado apenas os problemáticos.

Situação de emergência e estado de calamidade pública no Brasil nos últimos anos

O conceito de Calamidade Pública ou Situação de Emergência, segundo o Decreto nº. 5.376/05, que regulamenta a Defesa Civil, é o seguinte:

II - desastre: *o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;*

III - situação de emergência: *o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos superáveis pela comunidade afetada;*

IV - estado de calamidade pública: *o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.*

No Brasil ocorre uma quantidade considerável de desastres, que na maioria das vezes causam grandes danos econômicos, sociais e ambientais. Em alguns casos, comunidades que buscam prevenção e preparação para esses desastres podem evitar grandes prejuízos ocasionados por esses acontecimentos. Como veremos mais a frente, boa parte dos recursos que são alocados com a finalidade de combater a desastres naturais, são direcionados à prevenção. Em 2007, cerca de 18,9% dos recursos pagos em Defesa Civil foram efetuados no Programa de Prevenção e Preparação de Emergências e Desastres.

As situações de emergência e calamidade são reconhecidas via portaria da Secretaria Nacional de Defesa Civil. Analisando as portarias emitidas desde 2003 até 2008, vemos que em média são reconhecidas cerca de 1.500 situações de emergência ou calamidade. O total de desastres reconhecidos neste período foi de 8.894. Veja na tabela abaixo, por Estado, um histórico da quantidade de portarias nos últimos seis anos.

Tabela 1 - Quantidade de Portarias por UF

UF	2003	2004	2005	2006	2007	2008
AC	-	-	-	1	-	-
AL	123	29	29	15	37	70
AM	-	-	62	1	5	-
AP	4	-	-	1	-	-
BA	84	82	11	23	78	126
CE	112	70	192	273	237	134
ES	70	26	29	4	23	17
GO	1	2	21	2	3	-
MA	1	16	-	2	-	15
MG	315	93	54	92	206	266
MS	3	8	65	6	20	3
MT	35	28	14	5	39	7
PA	2	1	8	8	5	1
PB	274	140	182	92	281	202
PE	121	62	42	66	127	115
PI	55	94	144	53	148	83
PR	3	35	92	42	5	-
RJ	44	9	5	4	44	4
RN	103	105	45	55	162	115
RO	-	-	2	1	2	-
RR	10	1	-	-	7	-
RS	129	352	459	18	47	192
SC	102	200	189	200	69	97
SE	40	18	9	4	1	16
SP	50	24	55	19	45	18
TO	1	5	1	4	18	21
BR	1.682	1.400	1.710	991	1.609	1.502

Os anos de 2005 e 2003 foram os que mais apresentaram desastres com, respectivamente, 1.710 portarias e 1.682 portarias. Os Estados que mais tiveram desastres no período foram o Rio Grande do Sul (1.197), Paraíba (1.171), Minas Gerais (1.126) e Ceará (1.018). Das regiões, na liderança estão Nordeste e Sul.

Tabela 2 - Quantidade de portarias por região

Região	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total	%
Norte	17	7	73	16	37	22	150	1,7%
Nordeste	913	616	654	583	1.071	876	3.837	43,1%
Sudeste	479	152	143	119	318	305	1.211	13,6%
Sul	234	587	740	260	121	289	1.942	21,8%
Centro Oeste	39	38	100	13	62	10	252	2,8%
Brasil	1.682	1.400	1.710	991	1.609	1.502	8.894	100%

Apesar das queimadas, as regiões Norte e Centro-Oeste são as que menos sofrem com desastres, sendo que ambas somam menos de 5% das ocorrências registradas. Atualmente, segundo a Secretaria Nacional de Defesa Civil, dos 1502 eventos com Portarias registradas no ano de 2008, existiam, até o dia 07 de janeiro de 2009, 25 que estavam vigentes, distribuídos em Alagoas (15), Bahia (1), Ceará (2), Espírito Santo (3), Rio de Janeiro (1) e Sergipe (3).

Tabela 3 - Quantidade de portarias vigêntes e vencidas em 2008

UF	Nº de portarias	Vigentes	Vencidas
Acre	-	-	-
Alagoas	70	15	55
Amapá	-	-	-
Amazonas	-	-	-
Bahia	126	1	125
Ceará	134	2	132
Distrito Federal	-	-	-
Espírito Santo	20	3	17
Goiás	-	-	-
Maranhão	15	-	15
Mato Grosso do Sul	3	-	3
Mato Grosso	7	-	7
Minas Gerais	266	-	266
Pará	1	-	1
Paraíba	202	-	202
Paraná	-	-	-
Pernambuco	115	-	115
Piauí	83	-	83
Rio de Janeiro	4	1	3
Rio Grande do Norte	115	-	115
Rio Grande do Sul	190	-	190
Rondônia	-	-	-
Roraima	-	-	-
Santa Catarina	97	-	97
São Paulo	18	-	18
Sergipe	16	3	13
Tocantins	20	-	20
Brasil	1.502	25	1.477

* Atualizado em 09/01/2009

Existiam, até o dia 09/01/2009, 613 portarias com processos de reconhecimento em análise, das quais 59 são relativas aos recentes desastres ocorridos em Santa Catarina. Desde 2005 não é decretado no país nenhuma Situação de Calamidade Pública, apenas foram reconhecidas Situações de Emergência. O que pode mudar com as enchentes e enxurradas recentes em SC. Para a caracterização da Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública é necessário avaliar os Fatores Preponderantes (Intensidade dos Danos: Danos Humanos, Danos Materiais Destruídos/Danificados, Danos Ambientais, Prejuízos Econômicos e Sociais) e os fatores agravantes (ocorrência de desastres secundários, despreparo da administração local, grau de vulnerabilidade do cenário e da comunidade e padrão evolutivo do desastre). Há que se fazer a análise das

necessidades relacionadas com todos os recursos: humanos, materiais, institucionais e financeiros, comparando com a análise das disponibilidades relacionadas com esses mesmos recursos.

Devido às várias instâncias que estão envolvidas no processo de reconhecimento de uma situação de emergência ou estado de calamidade pública, há um tempo bastante grande entre o evento e o seu reconhecimento pela Secretaria Nacional de Defesa Civil. Quando ocorre o evento, a municipalidade deve acionar a Defesa Civil local que faz o primeiro relatório de danos, após este relatório, então é acionada a Defesa Civil Estadual que encaminha uma equipe ao local para avaliar, homologar e reconhecer a situação. Só depois destes passos é que o processo é encaminhado a Secretaria Nacional que também faz as avaliações e então decreta a portaria com o reconhecimento do evento.

Em 2008, o evento mais comum reconhecido pela Secretaria Nacional de Defesa Civil foi de estiagem, cuja região mais atingida foi a Nordeste. Enxurradas e enchentes vêm em segundo lugar. Segue abaixo a tabela com os principais eventos ocorridos por região em 2008.

Tabela 4 - Quantidade de eventos por tipo e por região

Evento	NE	S	SL	N	CO	TOTAL
seca	95	-	-	13	-	108
estiagem	493	262	125	8	-	888
enxurradas	90	20	39	-	7	156
vendaval	-	3	49	-	1	53
erosão fluvial	1	1	-	1	-	3
enchentes	190	-	-	-	1	191
granizo	-	14	63	-	-	77
erosão marinha	4	1	-	-	-	5
boçorocas	-	-	-	-	1	1
abalos sísmicos	-	1	-	-	-	1
danificação ou dest. de obras de arte	-	2	-	-	-	2
inundação	-	1	-	-	-	1
exaurimento de rec. hídricos	1	-	1	-	-	2
rompimento de barragem	1	-	-	-	-	1
inundações litorâneas	1	-	-	-	-	1
ciclone extratropical	-	-	11	-	-	11
tornados e trombas d'água	-	-	1	-	-	1
Total	876	305	289	22	10	1.502

* Atualizado em 09/01/2009

Percebe-se que no Nordeste e no Sudeste prevalecem os casos de estiagem. Já na região Norte predomina os casos de enchentes e inundações são os mais comuns enquanto que no Centro-Oeste são as enxurradas e inundações, o mesmo que ocorre na região Sul. Das 72 portarias em análise desta última região, 81% desses eventos estão relacionados a vendavais, enxurradas ou inundações. Para as definições e diferenças entre os eventos consulte o site da Secretaria Nacional de Defesa Civil.

O Brasil apresenta características regionais de desastres bem definidas, sendo as mais comuns:

- Região Norte - incêndios florestais e inundações;
- Região Nordeste - secas e inundações;
- Região Centro-Oeste - incêndios florestais;
- Região Sudeste – deslizamento e inundações;
- Região Sul – inundações, vendavais e granizo.

Municípios com eventos constantes

Um fato que chama a atenção é que vários municípios sofreram problemas recorrentes ao longo deste período analisado, alguns com várias portarias reconhecidas pela Defesa Civil no mesmo ano e na seleção dos 30 municípios com mais eventos, identificamos que todos são da região nordeste, sendo dos 30, 14 do estado do Ceará. Veja relação abaixo.

Tabela 5 - Municípios com o maior número de portarias no período 2003 - 2008

município	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Irauçuba/CE	3	1	3	3	2	2	14
Penaforte/CE	1	1	2	4	3	3	14
Caridade/CE	2	1	2	5	3	1	14
Tauá/CE	2	1	2	5	0	3	13
Campos Sales/CE	4	0	2	3	3	1	13
Parambu/CE	2	2	2	3	2	2	13
Pedra Branca/CE	4	1	1	4	2	1	13
Salgueiro/PE	1	1	3	3	3	1	12
Afrânio/PE	1	0	2	2	5	2	12
Lagoa Grande/PE	2	1	0	4	3	2	12
Itatira/CE	2	1	2	3	2	2	12
Tabuleiro do Norte/CE	1	1	2	3	3	2	12
Cubati/PB	3	2	2	0	3	2	12
Água Branca/AL	3	3	1	1	1	3	12
Batalha/AL	4	4	1	1	0	2	12
Cacimbinhas/AL	4	4	1	0	1	2	12
Carneiros/AL	4	4	1	0	1	2	12
Petrolina/PE	2	2	0	2	4	1	11
Campina Grande/PB	2	2	2	0	2	3	11
Araípe/CE	2	1	3	2	2	1	11
Quixeramobim/CE	2	1	2	2	2	2	11
Monteiro/PB	3	2	2	0	2	2	11
Acopiara/CE	1	1	2	4	2	1	11
Jaguaribe/CE	3	0	1	3	2	2	11
Mombaça/CE	1	0	1	4	2	3	11
Santa Cruz/RN	2	1	1	1	3	3	11
Livramento/PB	3	1	2	0	2	3	11
Pedra Lavrada/PB	3	2	2	1	2	1	11
Pocinhos/PB	3	2	1	2	2	1	11
São José do Sabugi/PB	2	1	2	1	2	3	11
São Mamede/PB	3	1	2	1	2	2	11

Os principais eventos responsáveis pela repetição destes municípios no quadro de desastres naturais, são a seca e a estiagem.

Ao selecionarmos dentro do total de municípios que sofreram eventos ao longo do período aqueles que no mínimo tiveram problemas em 4 anos ou mais, chegamos ao número de 611 municípios localizados na sua maioria na região Nordeste.

O que indica que esta região do país é onde estão os municípios com situações de emergência e Calamidade mais recorrentes e, portanto, devem ser acompanhados mais de perto pelo Governo Federal e a Defesa Civil, inclusive com ações de prevenção e preparo para desastres.

Tabela 6 - Quantidade de municípios que tiveram portaria em pelo menos 4 anos entre 2003-2008

Região	Qtd. Municípios	%
Centro Oeste	3	0,5%
Nordeste	387	63,3%
Norte	0	0,0%
Sudeste	64	10,5%
Sul	157	25,7%
Brasil	611	100%

Considerando apenas estes municípios com no mínimo 4 eventos, ao longo do período notamos que os municípios do Ceará, da Paraíba e de Santa Catarina são os que mais sofreram. Já os municípios do Acre, Amazonas, Amapá, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, não tem municípios neste grupo. Veja a seguir o percentual de municípios por estado, que se enquadram no critério de mais de 4 eventos.

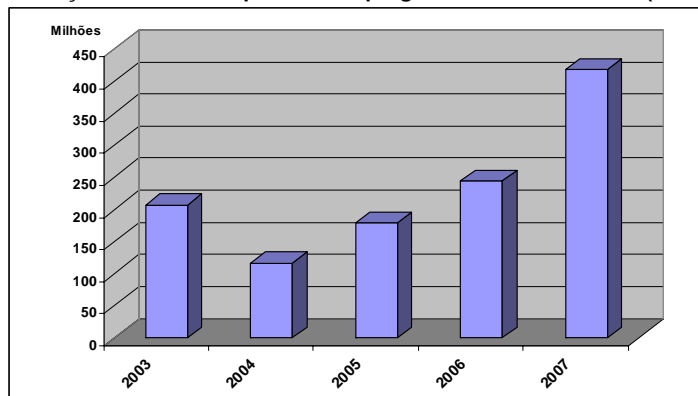
Tabela 7 - Municípios que tiveram portaria em pelo menos 4 anos entre 2003-2008

UF	Total de municípios do Estado	Com problemas	%
AC	22	0	0,0%
AL	102	26	25,5%
AM	62	0	0,0%
AP	16	0	0,0%
BA	417	6	1,4%
CE	184	103	56,0%
ES	78	9	11,5%
GO	246	0	0,0%
MA	217	0	0,0%
MG	853	52	6,1%
MS	78	0	0,0%
MT	141	3	2,1%
PA	143	0	0,0%
PB	223	110	49,3%
PE	184	38	20,7%
PI	224	54	24,1%
PR	399	0	0,0%
RJ	92	1	1,1%
RN	167	46	27,5%
RO	52	0	0,0%
RR	15	0	0,0%
RS	496	62	12,5%
SC	293	95	32,4%
SE	75	4	5,3%
SP	645	2	0,3%
TO	139	0	0,0%
BR	5.563	611	11,0%

Recursos do Orçamento da União

A CNM levantou junto ao portal do Senado Federal, Siga Brasil, que apresenta dados do SIAFI/STN relativos aos orçamentos gerais da União, todos os recursos repassados dentro da sub-função Defesa Civil. Esta sigla contempla o total de recursos destinado pela União para a prevenção e resposta a desastres naturais. Observando a evolução do montante total de recursos entre os anos de 2003 e 2007, vemos que apesar de uma redução em 2004, estes recursos têm aumentado, principalmente em 2007. Veja na figura a seguir a comparação entre os montantes de recursos que foram efetivamente pagos, a valores de 2008. Em 2007 o total se aproxima de R\$ 400 milhões.

Figura 1 – Evolução do total de repasses dos programas de Defesa Civil (valores de 2008)



Os recursos são distribuídos diretamente para Estados e Municípios ou por ações Nacionais – da União – que, como veremos, são a maior parcela. Os recursos que são diretamente direcionados para os municípios representam uma parcela mínima do montante. Em 2003, a proporção dos municípios foi de 7,2% e apenas em 2004 esse percentual foi superior do que 10% (21,1%). Em ambos os anos de 2006 e 2007 essa parcela foi menor que 3%. Veja na tabela abaixo os montantes repassados por ente, divididos entre valores pagos regularmente - no mesmo ano do fato gerador - e pagos no exercício seguinte ao fato gerador, ou seja, pagos em Resto a Pagar (RAP).

Tabela 8 - Recursos pagos na sub-ação Defesa Civil por destino de 2003 a 2007

Ano	Nacional		Municípios		Estados		Não informado		Total	
	Pago	RAP Pago	Pago	RAP Pago	Pago	RAP Pago	Pago	RAP Pago	Pago	RAP Pago
2003	121.883.586	1.797.339	-	10.929.108	-	12.367.683	-	5.572.410	121.883.586	30.666.540
2004	51.905.375	2.640.630	14.300.000	8.276.000	11.829.747	3.838.361	-	-	78.035.121	14.754.991
2005	48.602.779	69.121.062	-	4.757.612	12.459.797	18.502.238	-	-	61.062.576	92.380.912
2006	3.942.955	17.481.554	11.261	6.417.579	4.725.942	40.110.290	50.408.288	95.536.350	59.088.447	159.545.773
2007	86.410.353	50.844.852	190.278	8.043.013	5.486.002	14.088.159	150.493.428	73.594.307	242.580.061	146.570.330
Total	312.745.049	141.885.437	14.501.539	38.423.312	34.501.488	88.906.730	200.901.716	174.703.067	562.649.791	443.918.546

Considerando apenas os recursos repassados para resposta a desastres, apenas em 2004 a parcela destinada diretamente aos municípios foi significativa, um indicativo que os demais entes, Estados e União, são os que gerenciam os recursos de enfrentamento de desastres naturais. Na tabela 9 seguinte são apresentados os valores pagos no Programa de Resposta a Desastres.

Tabela 9 - Recursos pagos no Programa de Resposta a Desastres

Ano	Todos os entes			Apenas para municípios			(B)/(A)
	Pago	RAP Pago	Soma (A)	Pago	RAP Pago	Soma (B)	
2003	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
2004	77.266.376	6.397.238	83.663.614	14.300.000	4.220.000	18.520.000	22,1%
2005	41.385.650	76.977.820	118.363.470	-	300.000	300.000	0,3%
2006	51.354.926	126.162.661	177.517.587	-	804.705	804.705	0,5%
2007	221.784.022	91.375.265	313.159.288	728	490.578	491.305	0,2%
Total	391.790.975	300.912.984	692.703.959	14.300.728	5.815.283	20.116.010	2,9%

Ao analisarmos o perfil dos repasses do Programa de Resposta a Desastres vemos que são poucos municípios que recebem repasses diretos, um total de 16 municípios entre os anos de 2004 e 2007. Não quer dizer que os recursos não chegaram aos demais municípios que tiveram problemas, já que os recursos administrados pelos Estados e União também chegam às localidades. O mais curioso é que boa parte dos municípios que receberam repasses diretos não tiveram nenhuma portaria de situação de emergência ou de estado de calamidade pública decretado pela Secretaria Nacional de

Defesa Civil. Na tabela seguinte mostramos por região o quanto este número representa do total de municípios diretamente beneficiados. Vemos que em 2005, por exemplo, os 2 municípios beneficiados não tiveram nenhuma portaria de reconhecimento entre os anos de 2003 a 2008.

Tabela 10 - Quantidade de municípios que receberam recursos do Programas Resposta a Desastres e não possuem portaria em todo período de 2003 a 2008

Ano	Nº de repasses para munic. (A)	Nº de repasses munic. s/ portaria (B)	(B)/(A)
2004	7	4	57,1%
2005	2	2	100,0%
2006	4	3	75,0%
2007	3	1	33,3%
Total	16	10	63%

Consultando os Prefeitos

A CNM entrou em contato com sete prefeituras, distribuídas em todas as regiões do país, que decretaram, em 2007, situação de emergência por problemas como enchente, deslizamento de encosta ou estiagem. Foram consultadas as prefeituras de: Crato – CE, Terra Nova do Norte – MT, Cantagalo – RJ, Aurora do Tocantins – TO, Quixeramobim – CE, Pai Pedro – MG e Camboriú – SC.

Seis desses municípios pediram recursos financeiros ao governo federal para enfrentar a situação de emergência que estavam vivenciando. Mais de um ano mais tarde, quatro deles ainda não recebeu qualquer quantia. O município de Aurora do Tocantins, que sofria com a estiagem e necessitava de R\$ 2,8 milhões para recuperar-se e prevenir-se contra a seca, recebeu apenas ajuda material do governo federal, como 320 cestas básicas e 1 caminhão pipa para distribuição de água. Apenas o município de Cantagalo/RJ recebeu a quantia que havia solicitado ao governo federal, referente a um milhão de reais. Esses exemplos são apenas uma pequena amostra, mas já demonstram o excesso de burocracia para a liberação de recursos financeiros para cidades que estão sofrendo desastres naturais.

Município	O senhor teve decretado no seu município em 2007 situação de emergência?	Qual motivo?	Foi prometido algum recurso financeiro para o município enfrentar o problema?	Seu município chegou a receber esse valor prometido?	De qual origem?
Crato/CE	Sim	Enchente	Apresentamos o Avadan, e levamos o governo do estado que aprovou e remeteu à Defesa Civil, já com aprovação do governo do estado.	Não	
Terra Nova do Norte/MT	Sim	Enchente	Solicitei para o governo federal por meio da Defesa Civil. Até agora não teve resultado. Eles dizem que eu estou fora do programa de ajuda porque não está renovando o alerta de situação de emergência.	Somente em 2006	União
Cantagalo/RJ	Sim	Deslizamentos de encostas	Sim, 1 milhão de reais.	Sim	União
Aurora do Tocantins/TO	Sim	Estiagem	Sim, pelo Ministério da Integração (2,8 milhões)	Não recebemos recursos financeiros. Recebemos	

				320 cestas básicas do governo federal e ajuda de água com caminhão pipa.	
Quixeramobim/CE	Sim	Estiagem	1 milhão e 500 mil para recuperação do acide Cachoeira do Germano, para proteger o Vale. Em 2008 já fizeram o pedido de recuperação de estradas e recuperação de barragens. 3 milhões e 600 mil.	Não foi liberado	União
Pai Pedro/MG	Sim	Estiagem	Financeiro Não. Pedimos para o estado.	Não	
Camboriú/SC	Sim	Enchente	Sim	Houve repasse mas não lembro o valor. Programa Resposta ao Desastre.	União

Analizando a relação entre as obras do Programa de Aceleração do Crescimento e a prevenção a calamidades

A CNM investigou se há alguma relação entre as Obras de Urbanismo e Saneamento Básico no âmbito do PAC e estes municípios que sofreram eventos de situação de emergência e Calamidade Pública. A conclusão foi de que as ocorrências de desastres não foi critério relevante para direcionar as obras de saneamento e urbanismo, a pesar da região com mais desastre (Nordeste) estar entre as que mais receberam obras.

As obras do PAC para Urbanismo e Saneamento Básico estão direcionadas mais efetivamente para o Nordeste (35,%) e o Sudeste (35,4%), sendo que nestas duas região os percentuais de obras iniciadas são de 58,8% no Nordeste e 61,3%% no Sudeste. A região com maior percentual de obras iniciadas é a Centro-Oeste.

As obras regulares, consideradas aquelas já concluídas ou adiantadas, representam cerca de 26% do total das obras. Os maiores percentuais de obras regulares se encontram no Norte (33%) e no Nordeste (28%). Veja valores por região na tabela abaixo.

Tabela 11 - Quantidade de obras do PAC por Região

Região	Total	%	Iniciadas *	% do total	Regulares **	% do total
Norte	70	10,8%	42	60,0%	23	32,9%
Nordeste	228	35,1%	134	58,8%	63	27,6%
Sudeste	230	35,4%	141	61,3%	58	25,2%
Sul	59	9,1%	30	50,8%	12	20,3%
Centro Oeste	63	9,7%	53	84,1%	16	25,4%
Brasil	650	100%	400	62%	172	26%

* As obras iniciadas sem medição foram consideradas como não iniciadas.

** Foram consideradas obras regulares as classificadas como adiantadas, concluídas e normal.

Para avaliar se municípios que apresentaram mais situações de calamidade ou emergência foram privilegiados pelas obras do PAC, a CNM comparou a proporção de municípios com obras em

relação ao total de municípios de cada região, com a mesma proporção dentro apenas dos municípios com portarias reconhecidas no período analisado. Em geral o resultado foi de que não houve direcionamento de obras para municípios com mais problemas, uma vez que o percentual de municípios com obras no universo total de cada região e no universo de municípios com problemas de emergência ou calamidade é muito próximo, na verdade, em muitos casos, é até menor quando considerado apenas os problemáticos.

Tabela 12 - Municípios com obras do PAC em urbanismo e saneamento

Região	Total de cada região	Municípios com obras do PAC	%
Nordeste	1.793	100	5,6%
Sudeste	1.668	93	5,6%
Norte	449	35	7,8%
Centro Oeste	465	23	4,9%
Sul	1.188	45	3,8%
Brasil	5.563	296	5,3%

Tabela 13 - Municípios com portaria e as obras do PAC em saneamento e urbanismo

Região	Qtd de municípios com portaria	Com portaria e obras do PAC	%
Nordeste	1.152	62	5,4%
Sudeste	689	33	4,8%
Norte	125	8	6,4%
Centro Oeste	169	9	5,3%
Sul	827	25	3,0%
Brasil	2.962	137	4,6%

Em termos de recursos financeiros foram liberados para estas duas áreas, Urbanismo e Saneamento Básico, cerca de R\$ 2 bilhões, sendo que a região Sudeste recebeu até o momento R\$ 1,1 bilhões e a região Nordeste recebeu 690 milhões de reais, os dois maiores montantes.

Tabela 14 - Total de recursos liberados no PAC em saneamento e urbanismo por região

Região	Recursos	%
Norte	287.478.794	11,3%
Nordeste	692.365.306	27,1%
Sudeste	1.132.837.925	44,4%
Sul	204.595.707	8,0%
Centro Oeste	235.393.563	9,2%
Brasil	2.552.671.294	100%

Afim de investigar melhor a relação entre obras de infra-estrutura do PAC e os desastres naturais a CNM também analisou apenas os municípios com mais de 5 portarias. No período de 2003 a 2008 dentro deste corte, encontram-se 592 municípios. Em sua grande maioria estão concentrados no Nordeste (436).

Tabela 15 - Quantidade de municípios com mais de 5 portarias no período de 2003 - 2008

Região	Qtd. Municípios	%
Centro Oeste	1	0,17%
Nordeste	436	73,65%
Norte	0	0,00%
Sudeste	78	13,18%
Sul	77	13,01%
Brasil	592	100%

Então ao cruzarmos estes 592 municípios com mais de 5 portarias e as obras destinadas a saneamento básico e urbanismo, chegamos a conclusão que somente 26 deles foram contemplados, mais um indicativo de que na seleção das obras do PAC não foram levadas em consideração este critério de municípios com eventos constantes.

Analisando a tabela abaixo vemos que municípios do estado da Bahia são os que atendem o critério de múltiplos eventos e foram contemplados com obras do PAC num percentual alto, dos 7 do grupo com mais de 5 portaria, 3 tem Obras.

Tabela 16 - Municípios com mais de 5 portarias e as obras de saneamento e habitação do PAC

UF	Total de municípios do estado	Com mais de 5 portarias	Qtd de Municípios com Obras do PAC	%
AC	22	-	-	-
AL	102	32	1	3,1%
AM	62	-	-	-
AP	16	-	-	-
BA	417	7	3	42,9%
CE	184	111	12	10,8%
ES	78	8	-	0,0%
GO	246	-	-	-
MA	217	-	-	-
MG	853	65	1	1,5%
MS	78	-	-	-
MT	141	1	-	0,0%
PA	143	-	-	-
PB	223	128	3	2,3%
PE	184	46	3	6,5%
PI	224	52	1	1,9%
PR	399	-	-	-
RJ	92	2	-	0,0%
RN	167	52	-	0,0%
RO	52	-	-	-
RR	15	-	-	-
RS	496	32	-	0,0%
SC	293	45	2	4,4%
SE	75	8	-	0,0%
SP	645	3	-	0,0%
TO	139	-	-	-
BR	5.563	592	26	4,4%

Diante do exposto, podemos afirmar que os municípios brasileiros que constantemente sofrem problemas de desastres não foram levados em conta na hora da definição de obras. Estas obras poderiam atuar como forma de prevenção a desastres como deslizamentos enxurradas, enchentes, etc. Muito poucos municípios com problemas foram contemplados com obras do PAC nas áreas de saneamento básico que poderiam corrigir problemas de infra-estrutura das cidades e evitar ou aliviar os alagamentos provocados por enxurradas e enchentes. As obras de urbanismo que podem ajudar as cidades no reordenamento urbano e na prevenção de deslizamentos de encostas, entre outros problemas.

Confederação Nacional de Municípios – CNM

Presidente: Paulo Ziulkoski

Desenvolvimento do Estudo

Área de Estudos Técnicos da Confederação Nacional de Municípios

Equipe

Eduardo Stranz

André Amorim Alencar

Roberto Ferreira Peres